A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EMPÍRICA NO DIREITO: A PARCERIA ENTRE UFPR E ESCOLA JUDICIAL DO PARANÁ



Ramon de Medeiros Nogueira¹

A Escola Judicial do Paraná (EJUD) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) trabalharam em conjunto, pela primeira vez na história, para desenvolver grupo de pesquisa com participação de magistrados, servidores, estudantes e professores. Foi uma experiência exitosa, que contou com mais de 10 pesquisadores e trouxe frutos para a pesquisa acadêmica e para as ações da EJUD.

¹Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP. Foi professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito de Curitiba no período de 1999/2009, chefe de Departamento de Direito Privado da mesma instituição no período de 2003/2005 e professor de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Tuiuti do Paraná, entre 2001 e 2003. Formador de Formadores reconhecido pela Enfam. Atuou como Procurador-Geral do Tribunal de Justiça Desportiva, Diretor Jurídico da Sanepar e Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Paraná. Atualmente é Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Diretor-Geral da Escola Judicial do Paraná - EJUD-PR.

A iniciativa destaca-se como um modelo de colaboração entre acadêmicos e profissionais do Direito. Focando na análise de dados do processo eletrônico do Tribunal de Justiça – o PROJUDI –, a parceria visa identificar padrões, desafios e oportunidades de melhoria no sistema judiciário paranaense. Esse esforço colaborativo reflete o compromisso com o aprimoramento das instituições jurídicas, em especial com a evolução da prestação jurisdicional.



Rodrigo Luís Kanayama²

A pesquisa empírica no Direito emerge como um pilar essencial para a compreensão e a solução dos problemas relacionados à prestação jurisdicional. Por isso, a parceria entre a UFPR e a EJUD é relevante e representa um marco no estudo empírico do Direito, proporcionando aos membros do grupo de estudos plataforma para a coleta, análise e interpretação de dados judiciais do Estado do Paraná.

Em uma era marcada pela complexidade dos desafios sociais e pela rápida evolução tecnológica, a pesquisa empírica no Direito não apenas surge como base, mas também se estabelece como uma bússola orientadora para a navegação através das intricadas relações sociais e jurídicas contemporâneas. O entrelaçamento do Direito com as realidades vividas pela sociedade, com as reais dificuldades no

² Mestre e Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Professor Associado do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, da Graduação e Pós-Graduação. Ministra as disciplinas de: Direito Financeiro, Direito Administrativo, Direito Notarial e Registral, e Política e Políticas Públicas. Conselheiro Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná. Advogado em Curitiba. Orcid ld: https://orcid.org/0000-0003-2739-5324

exercício de cada atividade dos atores envolvidos (sejam magistrados, advogados, promotores, servidores), implica constante necessidade de revisão e adaptação das práticas judiciárias, para as quais a pesquisa empírica oferece o substrato necessário e orienta comportamentos futuros dos administradores.

A parceria sublinha a crescente consciência da necessidade de fundamentar as decisões judiciais, as decisões administrativas e as reformas legislativas em dados concretos e análises empíricas. Essa colaboração é passo significativo na direção de uma abordagem científica no estudo do Direito, através da qual se busca compreensão aprofundada das dinâmicas processuais, no real funcionamento das instituições jurídicas e das consequências práticas das decisões judiciais no Estado do Paraná. Busca-se investigar o estado da arte do Poder Judiciário, a fim de promover seu aprimoramento. Como resultado, toda a sociedade paranaense se beneficia das pesquisas que foram e serão ainda realizadas pela UFPR e EJUD.

COLETA E ANÁLISE DE DADOS JUDICIAIS

No cerne dessa parceria está a coleta, análise e interpretação de vastos conjuntos de dados oriundos dos processos judiciais que tramitam no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Esse empreendimento metodológico permite não apenas a identificação de padrões, tendências, virtudes e defeitos no sistema judiciário, mas também propicia terreno fértil para a reflexão crítica sobre as práticas vigentes e suas repercussões sociais. A análise empírica dos dados judiciais viabiliza uma visão panorâmica do funcionamento da justiça no Paraná, oferecendo reflexões preciosas para a identificação de gargalos processuais, desafios estruturais e oportunidades de aprimoramento.

Com total suporte da Presidência do Tribunal de Justiça, a coleta dos dados iniciou-se com o então Presidente Desembargador José Laurindo de Souza Netto e conclui-se na gestão do Presidente Desembargador Luiz Fernando Tomasi Keppen. Foram dois anos de trabalho em conjunto com o Departamento de Planejamento, chefiado pelo Dr. Vinícius Rodrigues Lopes, nos quais se levantaram informações processuais anonimizadas do sistema PROJUDI.

Após reuniões mensais, que ocorriam na sede da EJUD, e contava com participação de pesquisadores e professores, pesquisas e artigos acadêmicos foram, aos poucos, surgindo. Os intensos debates proporcionaram conhecimento aos envolvidos, que entenderam como o atual sistema processual paranaense funciona e como a metodologia de pesquisa deveria ser adotada.

Entre as iniciativas de pesquisa estão as análises de tempo de tramitação de processos, o uso de meios modernos de comunicações processuais, os julgamentos monocráticos e seus impactos, os concursos para ingresso na atividade notarial e registral, a justiça gratuita, a justiça criminal, a monitoração eletrônica como solução para superlotação carcerária e, enfim, a eficiência do Poder Judiciário. Todas os trabalhos realizados e que agora são publicados permitem ao leitor observar um recorte do sistema judicial paranaense, identificando os espaços que possuem problemas e ofertando as soluções possíveis.

UMA PLATAFORMA PARA INOVAÇÃO JURÍDICA E SOCIAL

A parceria UFPR e EJUD não somente estabelece um início no estudo empírico do Direito, mas também se configura como uma plataforma inovadora para o desenvolvimento de soluções jurídicas que sejam não só efetivas, mas também equitativas e socialmente responsivas. Ao fundamentar a análise jurídica em evidências empíricas, abre-se a possibilidade de transcender as limitações das abordagens tradicionais, permitindo que o Direito se adapte de forma mais ágil e precisa às mudanças sociais.

A complexidade dos desafios sociais contemporâneos exige uma abordagem multidisciplinar no Direito. A integração de conhecimentos de outras ciências — em especial Economia e Ciência Política — enriquece a análise jurídica, proporcionando uma compreensão holística dos problemas e fomentando soluções inovadoras.

Como primeira edição da parceria, os estudos comprovam que elaboração de diagnósticos é possível. São diagnósticos realizados pelos profissionais que hoje exercem atividades perante o Poder Judiciário, desde os magistrados até os advogados, e que fornecem informações essenciais para a identificação dos gargalos, bem como sugerem soluções que poderão ser ampliadas e adotadas como políticas públicas do próprio Tribunal de Justiça.

O incentivo oferecido pelo Poder Judiciário paranaense proporcionou resultados visíveis nessa primeira publicação com a participação da UFPR. Não fosse o apoio oficial do Tribunal de Justiça, nenhuma pesquisa seria possível. Somente chegamos ao ponto da publicação em razão do integral suporte fornecido e da confiança da administração do Tribunal.

Do lado acadêmico, a orientação dos Professores Fabricio Ricardo de Limas Tomio (UFPR — Direito) e Rodrigo Rossi Horochovski (UFPR — Ciência Política) foram fundamentais para o alcance do intento, mediante adoção de práticas e métodos empíricos capazes de retratar a realidade paranaense.

Foram, portanto, esforços coligados que permitiram a conclusão do projeto.

CONTRIBUIÇÃO PARA A EVOLUÇÃO DO DIREITO

A importância dessa abordagem empírica transcende os limites geográficos do Estado do Paraná, oferecendo um modelo replicável e inspirador para outros Tribunais. O estudo empírico do Direito, tal como exemplificado por essa parceria, sinaliza evolução na maneira como o Direito é estudado, ensinado e praticado. Estabelece-se, assim, um diálogo mais próximo e produtivo entre a teoria e a prática jurídica, contribuindo para um sistema de justiça mais justo, eficiente e alinhado com as necessidades e desafios da sociedade contemporânea.

Em suma, a iniciativa conjunta da UFPR e da Escola Judicial do Paraná não apenas reflete a crescente valorização da pesquisa empírica no campo do Direito, mas também atua como um catalisador para a transformação do sistema jurídico. Através da coleta e análise rigorosa de dados judiciais, esta parceria pioneira ilumina o caminho para uma prática jurídica mais informada, responsiva e adaptada às realidades sociais, estabelecendo um novo paradigma para o estudo e a aplicação do Direito no Brasil.

Esperamos, enfim, que a leitura seja agradável e que esta edição da Revista Gralha Azul seja apenas a primeira resultante dessa parceria.